

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal do Trabalho 230ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP.

Maria Ribeiro, brasileira, desempregada, portadora de identidade 855, CPF. 909, CTPS/PIIS xxx, filha de Dona Laura Santos, residente e domiciliada na Rua Brenel Saturnino, casa 23 São Paulo - SP, CEP 4444, e-mail xxx, por seu procurador legalmente constituído propor

Reclamação Trabalhista c/c Pedido Liminar

em face da sociedade empresária Malharia Faria Ltda. inscrita no CNPJ au CPF, Telefone xxx, e-mail, com endereço na Rua XXX, nº xxx, na cidade de São Paulo - SP, CEP xxx, pelos fatos e fatos de direito que passa a expor:

Síntese dos Fatos.

Reclamante trabalhou para reclamada, como auxiliar de produção de 20/09/2014 a 30/12/2016, quando foi dispensada sem justa causa recebendo da ruptura contratual. Atualmente a reclamante se encontra desempregada quando trabalhava para reclamada ex reclamante ganhava 1 salário mínimo mensal.

Dare que, a reclamante é presidente do seu sindicato de classe ao qual está filiada desde sua admissão tendo sido eleita e empossada no dia 20/06/2015 para um mandato de 3 anos, bem como identificada pela reclamada do fato por e-mail escrito ao Advogado. Reclamante recebeu uniforme e FPI da empresa informa que jamais sofreu desconto de seu salário em razão disso, recebia também alimentação (almoço e lanche) gratuitamente e trabalhava de 2ª a 6ª feira das 13:30 h às 22:30 h, com intervalo de 1 hora, e nos sábados das 8:00 às 12:00 h, sem intervalo.

Após o horário informado, gostava do minuto para tirar o uniforme, comer o lanche oferecido pela reclamada e escovar os dentes.

A reclamante recebeu a participação proporcional dos lucros de 2014 e integral 2015 e 2016.

Vale ressaltar que, a reclamante tem três filhos saudáveis com idade de 12, 10 e 8 anos, conforme certidões de nascimentos que apresentou (anexo em f.x). Impatente destacar que no ano de 2015 a reclamante deu sangue em duas ocasiões, faltou ao emprego em ambas e foi descontada a título de falta. Já em 2016 foi descontada em três dias quando se ausentou para viajar para nordeste e comparecer ao enterro de um primo.

Em 2016, em razão de doença de seu chefe ficou afastado por 30 dias e a reclamante o substituiu até seu retorno.

O setor médico da empresa informou que a reclamante estava apta para dispensa, nos seus contracheques em todos os meses desde admissão havia o lançamento de crédito de um salário mínimo e de duas cotas de salário-família, além do desconto do INSS do Vale transporte, da contribuição previdenciária e da contribuição sindical.

A reclamante ainda informou que tenha agido sem ação anteriormente e que, como perdeu a confiança no cartório redigido não compareceu à audiência para a qual foi intimada. Essa ação havia sido distribuída a 250 hora de trabalho de São Paulo e em consulta na internet foi verificado seu arquivamento.

Das Fundamentos:

a) Estabilidade provisória

Sendo em vista o cargo de presidente do sindicato de classe, a reclamante tem assegurado a estabilidade prevista de até 1 (um) ano após o final do seu mandato conforme disposto no art. 543, § 3º da CLT, c/cp. 8º inciso VII da

Constituição Federal de 1988 e Súmula 369 do STJ tem como a concessão da tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e art. 659 inciso X da CLT.

2. Salário "IN Natura"

Conforme exposto, a reclamada fornecia gratuitamente a reclamante (almoço e lanche), por isso deve ser integrado no salário da reclamante. Conforme disposto o artigo 458 da CLT, devendo integrar o pagamento de todos os verbas durante o contrato de trabalho.

3. Adicional noturno

A forma de trabalho da reclamante era de Segunda a sexta-feira das 13:30h às 22:30 e aos sábados das 08:00h às 12:00h, sem intervalos, fazendo assim jus adicional noturno devido de 20%. Conforme dispõe o artigo 73 inciso II da CLT.

4. Falta no Trabalho

A reclamante teve duas faltas em um período de 12 meses para doença voluntária de longo prazo devidamente comprovada, no entanto a reclamada descontou dois dias quando deveria descontar apenas 1 dia devido nesse caso, indenizar a reclamante pelo desconto indevido, sendo respaldado pelo artigo 473 inciso III da CLT.

5. Substituição

A parte Reclamante trabalhou em substituição do seu superior durante 90 dias sem receber nada a mais pelo seu trabalho, devendo a parte a indenização a parte reclamada, conforme estabelecido na Súmula 359 do STJ.

6 - Salário família

A reclamante possui 3 filhos menores de idade e não possui renda suficiente para a manutenção de sua família. A reclamante possui 3 filhos menores de idade e não possui renda suficiente para a manutenção de sua família. A reclamante possui 3 filhos menores de idade e não possui renda suficiente para a manutenção de sua família.

Requer a condenação ao pagamento do salário família.

Requer a condenação ao pagamento do salário família.

A empresa não possui condições para o pagamento do salário família. A empresa não possui condições para o pagamento do salário família. A empresa não possui condições para o pagamento do salário família.

c) Seja concedida a autora a tutela de urgência base no direito à garantia provisória com base no art. 745 da CLT.

d) Sendo julgado a favor da reclamante, requer seja o reclamado condenado ao pagamento do valor do salário família em parcelas mensais de R\$ 100,00.

e) Requer a condenação ao pagamento do salário família com base no art. 745 da CLT.

f) Seja condenada ao pagamento do salário de subsistência de R\$ 100,00 por mês.

g) seja limitada a indenização a reclamante em quantia de uma cota de salário-família

H) seja a presente ação distribuída por dependências ao auto, mas 250 - Voto desta Câmara.

ii) Que seja processada e julgada totalmente procedente.

Protesta pela juntada de todos os meios de prova admitidos em Direito

Da-se o Voto da Causa R\$... para fins de custas e despesas processuais

Termos em que,
Pede e aguarda Deferimento.

São Paulo, data...

Advogado...

ATB...